e) a CIRETRAN de Iapuí;
f) a CIRETRAN de Irapuru;
g) a CIRETRAN de Junqueiraópolis;
h) a CIRETRAN de Lucélia;
i) a CIRETRAN de Mirante do Paranapanema;
j) a CIRETRAN de Osvaldo Cruz;
k) a CIRETRAN de Pacaembu;
l) a CIRETRAN de Parapuã;
m) a CIRETRAN de Pirapozinho;
n) a CIRETRAN de Rancharia;
o) a CIRETRAN de Rosana;
p) a CIRETRAN de Rinópolis;
q) a CIRETRAN de Tupã;
r) a CIRETRAN de Tupi Paulista;
VI – de São José do Rio Preto:
a) a CIRETRAN de Itajobi;
b) a CIRETRAN de Nova Granada;
c) a CIRETRAN de Novo Horizonte;
d) a CIRETRAN de Palestina;
e) a CIRETRAN de Paulo de Faria;
f) a CIRETRAN de Potirendaba;
g) a CIRETRAN de Urupês.” (NR)

Artigo 4º - Ficam acrescentados ao Anexo do Decreto nº 59.055, de 9 de abril de 2013, os dispositivos adiante relacionados, com a seguinte redação:

I – o artigo 24-A:

“Artigo 24-A - A Superintendência Regional de Processos Digitais, subordinada à Presidência do DETRAN-SP, tem a seguinte estrutura:

1. Assistência Técnica;
2. Núcleo de Processos Digitais;
3. Núcleo de Monitoramento de Processos Digitais;
4. Célula de Apoio Administrativo.”;

II – o artigo 24-B:

“Artigo 24-B - A Superintendência Regional de Integração de Serviços, subordinada à Presidência do DETRAN-SP, tem a seguinte estrutura:

1. Assistência Técnica;
2. Núcleo de Padronização de Serviços Integrados;
3. Núcleo de Monitoramento de Serviços Integrados;
4. Célula de Apoio Administrativo.”;

III – ao artigo 28, o § 2º:

“§ 2º - As Seções de Trânsito não se caracterizam como unidades administrativas.”;

IV – o artigo 79-A:

“Artigo 79-A – A Superintendência Regional de Processos Digitais tem as seguintes atribuições, além de outras compreendidas em sua área de atuação:

I – coordenar o funcionamento da retaguarda digital para a execução de:

a) serviços dos processos digitais de veículos e de habilitação;

b) atividades relativas a exames teórico e prático de direção veicular, para fins de habilitação, e a examinadores;

II – coordenar e estabelecer, para o correto e preciso funcionamento da retaguarda digital:

a) mudanças nas Unidades de Atendimento;

b) implantação de adequações nos sistemas do DETRAN-SP;

c) padronização de procedimentos e manuais;

III – zelar por:

a) qualidade e eficiência dos serviços e atividades de retaguarda digital;

b) integração das atividades dos Núcleos da Superintendência;

c) implantação das adequações de que trata a alínea “b” do inciso I deste artigo, no período de tempo mais curto possível;

IV – manter interlocução permanente e auxiliar as Diretorias, Superintendências Regionais e Unidades de Atendimento, na sua área de atuação;

V – capacitar servidores, com o apoio das Diretorias do DETRAN-SP;

VI – produzir informações gerenciais;

VII – por meio do Núcleo de Processos Digitais:

a) dirigir e supervisionar:

1. mudanças nas Unidades de Atendimento, para o correto funcionamento da retaguarda digital;

2. a execução dos serviços e atividades de retaguarda digital;

b) garantir a qualidade e eficiência da retaguarda digital e zelar pelo cumprimento de diretrizes e procedimentos;

c) manter interlocução permanente com as Diretorias de Veículos e de Habilitação;

d) elaborar relatórios das atividades desenvolvidas pelo Núcleo;

e) identificar, para o correto e preciso funcionamento da retaguarda digital, necessidades de:

1. adequação dos sistemas do DETRAN-SP;

2. adequação ou expedição de atos administrativos ou normativos;

3. capacitação de servidores;

VIII – por meio do Núcleo de Monitoramento de Processos Digitais, com relação à retaguarda digital:

a) monitorar:

1. a qualidade e uniformidade de procedimentos;

2. o cumprimento de diretrizes e procedimentos estabelecidos;

b) apontar necessidades de adequação dos sistemas do DETRAN-SP;

c) identificar:

1. desvios, atrasos e erros na execução de atividades e serviços;

2. urgência de adequação ou expedição de atos administrativos ou normativos;

3. necessidade de capacitação de servidores;

d) elaborar relatórios das atividades desenvolvidas pelo Núcleo.”;

V – o artigo 79-B:

“Artigo 79-B - A Superintendência Regional de Integração de Serviços tem as seguintes atribuições, além de outras compreendidas em sua área de atuação:

I – coordenar a execução dos serviços do DETRAN-SP integrados ao programa “POUPATEMPO - Centrais de Atendimento ao Cidadão”, instituído pela Lei Complementar nº 847, de 16 de julho de 1998;

II – para a correta execução dos serviços integrados ao Poupatempo:

a) coordenar:

1. mudanças nas Unidades de Atendimento;

2. padronização dos atendimentos de linha de frente das Unidades de Atendimento;

3. implantação de adequações nos sistemas do DETRAN-SP;

b) estabelecer procedimentos e manuais;

c) para a padronização e integração de atividades, manter interlocução permanente:

1. com a Coordenadoria do Poupatempo;

2. entre as Unidades de Atendimento do DETRAN-SP e os Postos de Serviço do Poupatempo;

3. entre as Diretorias, as Superintendências Regionais de Trânsito e as Unidades de Atendimento;

d) gerir, divulgar e atualizar as informações necessárias à realização dos atendimentos de linha de frente das Unidades de Atendimento;

e) capacitar servidores e atendentes, com o apoio das Diretorias do DETRAN-SP e da Coordenadoria do Poupatempo;

III – informar a Diretoria de Atendimento ao Cidadão de qualquer tratativa mantida com a Coordenadoria do Poupatempo;

IV – manter interlocução permanente e auxiliar as Diretorias, Superintendências Regionais e Unidades de Atendimento, na sua área de atuação;

V – produzir informações gerenciais;

VI – zelar por:

a) qualidade, eficiência e padronização dos serviços;

b) implantação de adequações nos sistemas do DETRAN-SP, no período de tempo mais curto possível;

c) integração das atividades dos Núcleos das Superintendências;

VII – por meio do Núcleo de Padronização de Serviços Integrados:

a) dirigir e supervisionar a execução dos serviços do DETRAN-SP integrados ao Poupatempo e as mudanças nas Unidades de Atendimento para sua prestação;

b) garantir:

1. qualidade e eficiência dos serviços integrados e dos atendimentos de linha de frente das Unidades de Atendimento;

2. uniformidade de procedimentos na realização dos serviços integrados e nos atendimentos de linha de frente;

c) elaborar relatórios das atividades desenvolvidas pelo Núcleo;

d) identificar necessidades de:

1. adequação ou expedição de atos administrativos ou normativos que tratem dos serviços integrados;

2. adequação dos sistemas do DETRAN-SP para a correta e precisa execução dos serviços integrados;

3. capacitação de atendentes e servidores;

VIII – por meio do Núcleo de Monitoramento de Serviços Integrados:

a) monitorar, em relação aos serviços do DETRAN-SP integrados ao Poupatempo:

1. a qualidade e os prazos em que são realizados;

2. a qualidade e uniformidade dos atendimentos de linha de frente das Unidades de Atendimento;

3. o cumprimento de diretrizes e procedimentos estabelecidos;

b) identificar, para a correta e precisa execução dos serviços integrados:

1. desvios, atrasos e erros;

2. urgência de adequação ou expedição de atos administrativos ou normativos;

3. necessidades de adequação dos sistemas do DETRAN-SP;

4. necessidades de capacitação de servidores e atendentes;

c) elaborar relatórios das atividades desenvolvidas pelo Núcleo.”;

VI – o artigo 83-A:

Artigo 83-A - Ao Superintendente Regional da Superintendência Regional de Processos Digitais compete, ainda:

I – propor ao Diretor Presidente:

a) a realização de novos serviços de retaguarda e processos no formato digital;

b) a celebração de convênios e acordos de parceria;

II – expedir manuais, portarias, comunicados e demais atos de sua competência;

III – propor revisão e alteração de procedimentos às Diretorias de Veículos e de Habilitação;

IV – solicitar, à Diretoria de Sistemas, adequações nos sistemas do DETRAN-SP para a correta e precisa execução dos serviços e atividades de retaguarda digital;

V – estabelecer, em relação aos processos digitais e serviços de retaguarda, procedimentos, rotinas e indicadores de desempenho.”;

VII – o artigo 83-B:

“Artigo 83-B - Ao Superintendente Regional da Superintendência Regional de Integração de Serviços compete, ainda:

I – propor ao Diretor Presidente:

a) a integração de novos serviços do DETRAN-SP ao Poupatempo, bem como melhorias aos já integrados;

b) a celebração de convênios e acordos de parceria;

II – expedir manuais, portarias, comunicados e demais atos de sua competência;

III – solicitar, à Diretoria de Sistemas, adequações nos sistemas do DETRAN-SP necessárias à:

a) integração de serviços com o Poupatempo;

b) correta e precisa execução dos serviços já integrados;

IV – solicitar à Coordenadoria do Poupatempo a capacitação de servidores e atendentes;

V – propor à Coordenadoria do Poupatempo correções, melhorias e alterações com vistas à qualidade, eficiência e padronização dos serviços integrados;

VI – estabelecer, em relação à execução dos serviços integrados, procedimentos, rotinas e indicadores de desempenho.”.

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial:

I – do Decreto 58.229, de 18 de julho de 2012, a Seção VI e seus artigos 17 e 18;

II – do Decreto nº 58.292, de 9 de agosto de 2012:

a) a Seção VI e seu artigo 19;

b) os artigos 21 e 22;

III – do Decreto nº 58.585, de 21 de novembro de 2012, a Seção V e seus artigos 11 e 12;

IV – do Decreto nº 58.599, de 27 de novembro de 2012, a Seção V e seus artigos 14 e 15;

V – do Decreto nº 58.600, de 27 de novembro de 2012, a Seção V e seus artigos 14 e 15;

VI – o inciso I do artigo 23 do Anexo do Decreto nº 59.055, de 9 de abril de 2013;

VII – o inciso III do artigo 1º do Decreto nº 59.330, de 1º de julho de 2013;

VIII – os artigos 1º, 2º e 4º do Decreto nº 59.579, de 8 de outubro de 2013;

IX – o inciso III do artigo 1º do Decreto nº 59.823, de 26 de novembro de 2013.

Palácio dos Bandeirantes, 31 de agosto de 2021

JOÃO DORIA

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Cauê Macris

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Secretaria de Governo, aos 31 de agosto de 2021.

DECRETO Nº 65.982,

DE 31 DE AGOSTO DE 2021

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis localizados no Município e Comarca de São Paulo, necessários à implantação de elevado do sistema monotrilho entre as Estações Vila Prudente e Ipiranga

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 2º e 6º do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

Decreto:

Artigo 1º - Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ, por via amigável ou judicial, os imóveis descritos e caracterizados nos autos do Processo STM-

-PRC-2020/09962, localizados no Município e Comarca de São Paulo, necessários à implantação de elevado do sistema monotrilho entre as Estações Vila Prudente e Ipiranga, os quais se encontram situados dentro dos perímetros a seguir descritos:

I - planta DE-15.15.00.00/1E1-003-Rev.0, perímetro 26-27-28-29-30-31-32-33-34-35-26, bloco 15103, com área de 5.358,26m² (cinco mil, trezentos e cinquenta e oito metros quadrados e vinte e seis decímetros quadrados): linha 26-27 (77,47m), confrontando com o imóvel de nº 2380 da Avenida Henry Ford; linha 27-28 (78,35m), no alinhamento par da Avenida Henry Ford; linha 28-29 (4,12m) e linha 29-30 (3,86m), ambas no encontro das avenidas Henry Ford e Luiz Inácio de Anhaia Mello; linha 30-31 (35,86m) e linha 31-32 (18,51m), ambas no alinhamento da Avenida Professor Luiz Inácio de Anhaia Mello; linha 32-33 (7,20m), no alinhamento da rampa de acesso ao Viaduto Grande São Paulo; linha 33-34 (72,31m), linha 34-35 (1,35m) e linha 35-26 (3,83m), todas confrontando com a faixa da ferrovia;

II - planta DE-15.15.00.00/1E1-003-Rev.0, perímetro 33-39-38-37-36-26-35-34-33, bloco 15104, com área de 3.606,69m² (três mil, seiscentos e seis metros quadrados e sessenta e nove decímetros quadrados): linha 33-39 (44,58m), no alinhamento da rampa de acesso ao Viaduto Grande São Paulo; linha 39-38 (75,83m) e linha 38-37 (42,60m), ambas confrontando com o remanescente da faixa da ferrovia; linha 37-36 (13,17m), linha 36-26 (2,31m), linha 26-35 (3,83m), linha 35-34 (1,35m) e linha 34-33 (72,31m), todas confrontando com os fundos dos imóveis da Avenida Henry Ford;

III - planta DE-15.15.00.00/1E1-003-Rev.0, perímetro 38-39-40-41-38, bloco 15105, com área de 226,14m² (duzentos e vinte e seis metros quadrados e catorze decímetros quadrados): linha 39-40 (2,57m), no alinhamento da rampa de acesso ao Viaduto Grande São Paulo; linha 40-41 (75,21m), linha 41-38 (3,28m) e linha 38-39 (75,83m), todas confrontando com o remanescente da faixa da ferrovia;

IV - planta DE-15.15.00.00/2E1-002-Rev.0, perímetro 1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33-34-35-36-37-38-39-40-41-42-1, bloco 15106, com área de 8.928,27m² (oito mil, novecentos e vinte e oito metros quadrados e vinte e sete decímetros quadrados): linha 1-2 (19,45m), linha 2-3 (99,31m), linha 3-4 (20,07m), linha 4-5 (21,72m), linha 5-6 (28,96m), linha 6-7 (27,91m), linha 7-8 (71,65m), linha 8-9 (51,93m), linha 9-10 (28,12m), linha 10-11 (54,34m), linha 11-12 (22,33m), linha 12-13 (40,24m), linha 13-14 (23,76m), linha 14-15 (13,66m), linha 15-16 (45,07m), linha 16-17 (32,56m), linha 17-18 (1,56m) e linha 18-19 (27,67m), todas confrontando com o remanescente da faixa da ferrovia; linha 19-20 (18,52m), linha 20-21 (54,84m), linha 21-22 (22,90m), linha 22-23 (7,63m), linha 23-24 (23,49m), linha 24-25 (3,22m), linha 25-26 (28,38m), linha 26-27 (23,00m), linha 27-28 (58,30m), linha 28-29 (50,71m), linha 29-30 (10,94m), linha 30-31 (20,45m), linha 31-32 (13,23m), linha 32-33 (4,46m), linha 33-34 (16,10m), linha 34-35 (29,93m), linha 35-36 (41,45m), linha 36-37 (19,61m), linha 37-38 (18,26m), linha 38-39 (22,37m) e linha 39-40 (13,79m), linha 40-41 (19,98m), linha 41-42 (9,68m) e linha 42-1 (40,79m), todas confrontando com os fundos dos imóveis do alinhamento impar da Avenida Presidente Wilson;

V - planta DE-15.15.00.00/2E1-002-Rev.0, perímetro 29-30-31-32-33-34-35-36-37-38-39-40-43-44-45-46-47-48-49-50-29, bloco 15107, com área de 474,12m² (quatrocentos e setenta e quatro metros quadrados e doze decímetros quadrados): linha 29-30 (10,94m), linha 30-31 (20,45m), linha 31-32 (13,23m), linha 32-33 (4,46m), linha 33-34 (16,10m), linha 34-35 (29,93m), linha 35-36 (41,45m), linha 36-37 (19,61m), linha 37-38 (18,26m), linha 38-39 (22,37m) e linha 39-40 (13,79m), todas confrontando com a faixa da ferrovia; linha 40-43 (23,17m), linha 43-44 (17,29m), linha 44-45 (17,27m), linha 45-46 (17,28m), linha 46-47 (17,82m), linha 47-48 (58,50m), linha 48-49 (8,66m), linha 49-50 (45,09m) e linha 50-29 (0,84m), todas confrontando com o remanescente dos imóveis do alinhamento impar da Avenida Presidente Wilson;

VI - planta DE-15.15.00.00/2E1-001-Rev.0, perímetro 1-2-3-4-5-6-1, bloco 15108, com área de 12.267,87m² (doze mil, duzentos e sessenta e sete metros quadrados e oitenta e sete decímetros quadrados): linha 1-2 (252,32m), confrontando com o remanescente da faixa da ferrovia; linha 2-3 (51,10m), confrontando com a projeção do Viaduto Pacheco Chaves; linha 3-4 (216,89m), no alinhamento impar da Avenida Presidente Wilson; linha 4-5 (18,31m) e linha 5-6 (38,58m), ambas confrontando com o imóvel nº 3091 da Avenida Presidente Wilson; linha 6-1 (18,26m), confrontando com o remanescente da faixa da ferrovia.

Parágrafo único - Os imóveis, que pertencem a proprietários diversos, têm suas medidas, limites e confrontações indicados nas respectivas plantas, as quais, juntamente com os laudos de avaliação e demais elementos, constituem, junto à Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ, o processo identificado pelo nº DE-MSP15-02/2020.

Artigo 2º - Fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação para fins do disposto no artigo 15 do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e alterações posteriores.

Artigo 3º - As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta do orçamento da Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.

Artigo 4º - Ficam excluídos da presente declaração de utilidade pública os imóveis de propriedade de pessoas jurídicas de direito público eventualmente situados dentro dos perímetros descritos no artigo 1º deste decreto.

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 31 de agosto de 2021

JOÃO DORIA

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Cauê Macris

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Secretaria de Governo, aos 31 de agosto de 2021.

DECRETO Nº 65.983,

DE 31 DE AGOSTO DE 2021

Autoriza a Fazenda do Estado a receber, mediante doação, sem ônus ou encargo, do Município de Gastão Vidigal, o imóvel que especifica

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreto:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a receber, mediante doação, sem ônus ou encargo, do Município de Gastão Vidigal, nos termos da Lei municipal nº 1.898, de 2 de setembro de 2020, o imóvel objeto da Matrícula nº 14.655 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Nhandeara, com área de 476,26m² (quatrocentos e setenta e seis metros quadrados e vinte e seis decímetros quadrados), localizado na Rua Antônio Milaré, nº 839, Bairro dos Ipês, naquele Município,

conforme descrito e identificado no Expediente Digital PMESP-EXP-2020/06170.

Parágrafo único - O imóvel de que trata o “caput” deste artigo destinar-se-á à Secretaria da Segurança Pública, para instalação de Unidade da Polícia Militar.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 31 de agosto de 2021

JOÃO DORIA

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

João Camilo Pires de Campos

Secretário da Segurança Pública

Cauê Macris

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Secretaria de Governo, aos 31 de agosto de 2021.

atos do governador